

Apesar de aumento, menos de 40% das cidades têm política de saneamento

Entre os 5.570 municípios brasileiros, 2.126 têm política de saneamento básico, mesmo que não seja regulamentada por instrumento legal, o que equivale a 38,2% do total

Akemi Nitahara/Agência Brasil

Apesar do baixo percentual, o índice avançou 10 pontos percentuais desde 2011, quando 28,2% tinham uma política estruturada para a área, que engloba os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos.

Os dados foram divulgados pelo IBGE, no suplemento Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico, dentro da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2017. O levantamento foi feito de abril a setembro por meio de questionários às prefeituras. A pesquisa não avalia a qualidade e a efetiva prestação dos serviços. Conforme a pesquisa, 24,1% dos municípios estavam elaborando política de saneamento básico no ano passado.

Quando ao plano municipal de saneamento, que traz o detalhamento das ações, diagnóstico, objetivos e metas de universalização, o percentual passou de 10,9% em 2011 para 41,5% em 2017. A gerente da pesquisa, Vânia Pacheco, diz que o plano é o instrumento mais adequado para monitorar e avaliar a prestação do serviço. “Com mais possibilidade de acompanhamento, de monitoramento, de regulamentação da política, de regulação dos serviços. Tudo isso permite que o município possa se avaliar mais para frente”.

Sobre o controle social dos serviços, apenas 17,2% dos municípios, 958 do total, afirmaram ter um Conselho Municipal de Saneamento. Destes, 816 eram exclusivos da área e 142 em conjunto com outras políticas, como meio ambiente, saúde ou desenvolvimento urbano. Porém, 41,5% deles não tinham realizado nenhuma reunião nos 12 meses anteriores à pesquisa. Em 2011, 195 municípios tinham conselho para tratar do saneamento.

O Fundo Municipal de Saneamento Básico, fonte de recursos exclusivos para a área, estava presente em 580 municípios, 10,4% do total. Enquanto que em 2011, eram 215, ou 3,9%. Em 30,2%, o saneamento básico é administrado por consórcios, 16,3% informaram ter sistema de informações públicas e 31,4% tinham ouvidoria ou central de atendimento ao usuário. Para a gerente, a tendência é que os dados melhorem e mais municípios implementem as políticas de saneamento nos próximos anos.

“O movimento do governo federal institucionalizando a existência de uma política nacional e um decreto que regulamenta essa política, faz também com que esses se movimentem para isso, deixem de trabalhar fora da institucionalização e tenham instrumentos para gerir aquela política de uma forma mais organizada, mais estruturada para tratar aquela política”.

Após 31 de dezembro de 2019, o plano municipal de saneamento básico será condição para o acesso a recursos da União ou geridos por órgão ou entidade da administração pública federal. A pesquisadora



Em Maceió, moradores reclamam que esgoto e lixo ficam a céu aberto.

lembra que o Decreto 7.217/2010, que regulamentou a Política Nacional de Saneamento Básico, previa a data-limite de 31 de dezembro de 2013. Depois, foi prorrogada para 2015, 2017 até chegar a 2019, estabelecida no Decreto 9.254, 29 de dezembro de 2017.

Quase 35% das cidades tiveram casos de doenças ligadas ao saneamento

Em 2017, 34,7% dos 5.570 municípios brasileiros relataram casos de endemia ou de epidemia de doenças relacionadas a condições deficientes de saneamento básico. A dengue foi a doença mais citada, com registro em 1.501 cidades, ou 26,9% do total, seguida da diarreia, com 23,1%. Em terceiro lugar, aparecem as verminoses e a chikungunya, com registro em 17,2% municípios cada, e depois zika, citada por 14,6% das prefeituras.

Os dados estão na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2017, divulgados pelo IBGE. Os dados foram levantados de abril a setembro do ano passado e se referem aos 12 meses anteriores à data que o município respondeu ao questionário. A Munic investiga aspectos gerais da gestão pública municipal e quem responde a pesquisa é a prefeitura.

A proporção de municípios que declararam ter sofrido endemias ou epidemias de dengue, zika e chikungunya foi maior nas regiões Nordeste e Norte. No Norte do país, 38,9% dos municípios tiveram casos de dengue, 19,8% de zika e 20,2% de chikungunya. No Nordeste, os índices são de 43,2% com epidemia ou endemia

de dengue, 29,6% de zika e 37,3% de chikungunya. A Região Sul tem os menores índices, com 6% das cidades registrando dengue, 1,7% zika e 1,8% chikungunya.

Já a febre amarela teve mais ocorrência no Sudeste, em 5,1% dos municípios da região. Em todo o país, a febre amarela ocorreu em 2,9% dos municípios em 2017. As endemias são caracterizadas como doenças que aparecem constantemente em determinado local, enquanto as epidemias acometem um grande número de pessoas de uma região em curto espaço de tempo.



Mosquito da dengue, *Aedes aegypti*.

Dengue, zika e chikungunya são transmitidas pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, que se reproduz em água parada. Já as verminoses e a diarreia têm causas diversas, mas também estão associadas à ingestão ou contato com água e alimentos contaminados. A gerente da Munic, Vânia Pacheco, alega que essas doenças podem ter outras causas, não necessariamente associadas à falta de saneamento básico.

“Dengue e diarreia foram as duas doenças mais mencionadas pelos municípios. Isso é falta de saneamento? Não necessariamente. Talvez seja falta de aprimorar um pouco mais os cuidados municipais, mas falta de saneamento não dá para dizer que é. Pode ser falta dos serviços que englobam o saneamento de uma maneira geral. Mas a gente tem que prestar atenção também que não é só a gestão pública municipal que tem que fazer o serviço, existe uma parte do cidadão também nessa história toda”, afirma, citando atenção do cidadão para não jogar lixo na rua ou deixar água acumulada.



Pesquisa do IBGE mostra que 38,2% dos municípios brasileiros têm política de saneamento básico.

Doenças ligadas à falta de saneamento geram custo de R\$ 100 milhões ao SUS

Carolina Gonçalves/Agência Brasil

As internações hospitalares de pacientes no Sistema Único de Saúde (SUS), em todo o país, por doenças causadas pela falta de saneamento básico e acesso à água de qualidade, ao longo de 2017, geraram um custo de R\$ 100 milhões. De acordo com dados do Ministério da Saúde, ao todo, foram 263,4 mil internações.

O número ainda é elevado, mesmo com o decréscimo em relação aos casos registrados no ano anterior, quando 350,9 mil internações geraram custo de R\$ 129 milhões. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada dólar investido em água e saneamento resultaria em uma economia de US\$ 4,3 em custos de saúde no mundo.

Recentemente, organizações ligadas ao setor privado de saneamento,

reunidas em São Paulo, reforçaram a teoria da economia produzida por este investimento. Pelas contas do grupo, a universalização do saneamento básico no Brasil geraria uma economia anual de R\$ 1,4 bilhão em gastos na área da saúde.

No mesmo evento - Encontro Nacional das Águas - os representantes das empresas apontaram que dos 5.570 municípios do país, apenas 1.600 têm pelo menos uma estação de tratamento de esgoto e 100 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à tratamento de esgoto.

Atualmente, de acordo com o Instituto Trata Brasil, apenas 44,92% dos esgotos coletados no país são tratados. O Brasil tem uma meta de universalização do saneamento até 2033. Este objetivo previsto no Plano Nacional de Saneamento



Moradores sofrem com problemas de falta de saneamento básico na localidade de Sol Nascente, a 30 km de Brasília.

Básico, representaria um gasto de cerca de R\$ 15 milhões anuais, ao longo de 20

anos. E este é um dos desafios para os governantes a serem eleitos em outubro.